



**Estado de Mato Grosso do Sul
Município de Costa Rica**

**PROJETO BÁSICO / TERMO DE REFERÊNCIA
Objetos obras / serviços de engenharia**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 18/2026

SD Nº: 01/2026/SMTUOP-DE

O presente instrumento foi formalizado com base nos levantamentos efetivados nos estudos técnicos preliminares, utilizando como parâmetro o relatório onde constam as justificativas para as presentes inserções e a materialização do planejamento, encontrando-se este, em anexo. Somado às presentes exigências, deverão ser observados pelos interessados em formalizar propostas, as disposições do Edital e do Projeto Básico respectivos.

1.DO OBJETO

1.1.A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A CONSTRUÇÃO DE INFRAESTRUTURA TURÍSTICA TIPO PLANO INCLINADO NO PARQUE NATURAL SALTO DO SUCURIÚ, CONVÊNIO 955044/2023, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE, URBANIZAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS - SMTUOP, conforme condições e exigências estabelecidas no item 1.2.

1.2.Esta contratação dar-se-á em regime de **empreitada preço global**.

1.3.Definição/Detalhamento do objeto, conforme especificações técnicas, condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento, abaixo discriminadas:

Item	Cód. Item/ produto	Descrição dos serviços	Un. de Medida	Qtde	Valor Unitário Estimado	Valor Total Estimado
1	1	Construção De Infraestrutura Turística Tipo Plano Inclinado No Parque Natural Salto Do Sucuriú, Convênio 955044/2023.	Serviço	1,00	R\$ 2.905.314,69	R\$ 2.905.314,69

1.3.1.O objeto desta contratação é caracterizado como bem comum nos termos do inciso XIII do art.6º da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme informado na SD originária, e atende as disposições do Decreto 4.873, não se caracterizando como bem de luxo.

1.3.2.Utilização do catálogo de padronização:

1.3.2.1.O órgão adotará catálogo próprio e os produtos não estão padronizados até a presente data, sendo utilizada a especificação técnica contida no sistema interno enquanto o catálogo de padronização está sendo construído gradativamente.

2.DA JUSTIFICATIVA/NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1.Conforme materialização no relatório do ETP, a presente contratação visa atender as necessidades do município, assegurando a adequada execução da obra com observância das normas técnicas e de segurança aplicáveis ao setor elétrico. A presente contratação se faz necessária para a elaboração do projeto executivo e execução da obra de construção de infraestrutura turística do tipo plano inclinado no Parque Natural Salto do Sucuriú, no Município de Costa Rica – MS, conforme previsto no Convênio nº 955044/2023, com a finalidade de garantir condições adequadas de acesso, circulação e segurança aos visitantes,



Estado de Mato Grosso do Sul Município de Costa Rica

bem como promover a valorização e o uso ordenado do espaço turístico. A adoção da contratação conjunta do projeto executivo e da execução da obra decorre da complexidade técnica do empreendimento, que envolve implantação em área natural, com restrições ambientais, condições topográficas específicas e necessidade de soluções construtivas integradas, cujo desempenho e segurança dependem diretamente da compatibilização entre concepção, detalhamento técnico e método executivo. Nesses casos, a segregação das etapas pode resultar em incompatibilidades técnicas, ajustes frequentes durante a execução e aumento de riscos operacionais e financeiros. A elaboração do projeto executivo pela mesma empresa responsável pela execução permite a definição de soluções técnicas exequíveis desde a fase de concepção, assegurando maior precisão dos quantitativos, adequação dos métodos construtivos às condições reais do local, redução de interferências não previstas, racionalização de prazos e custos e maior controle sobre a qualidade e o desempenho final da obra, com responsabilidade técnica integral pelo resultado entregue. O investimento está alinhado às diretrizes de desenvolvimento do turismo sustentável do município, contribuindo para a ampliação da atratividade do Parque Natural Salto do Sucuriú, incremento do fluxo turístico, geração de renda e fortalecimento da economia local, além de atender aos objetivos pactuados no Convênio. A inexistência dessa infraestrutura compromete a plena utilização do equipamento turístico e a efetividade das ações públicas voltadas à valorização do patrimônio natural. Diante do exposto, a contratação de empresa especializada, por meio de processo licitatório na modalidade Concorrência, abrangendo a elaboração do projeto executivo e a execução da obra, mostra-se a alternativa tecnicamente mais adequada para assegurar a implantação do empreendimento com segurança, eficiência e observância das normas técnicas, ambientais e de acessibilidade aplicáveis.

2.2.A contratação está devidamente prevista nos instrumentos orçamentários do município.

3.DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO E DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Conforme estudado no relatório do ETP, a solução como um todo estabelece os requisitos abaixo:

3.1.Do consórcio

3.1.1.Não será permitida a participação de empresas em regime de consórcio, pelas razões constantes em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar.

3.2.Da Vistoria

3.2.1.A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 7:00 horas às 12:00 horas e das 13:00 horas às 17:00 horas.

3.2.2.Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

3.2.3.Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

3.2.4.Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo **responsável técnico do licitante** acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.



**Estado de Mato Grosso do Sul
Município de Costa Rica**

3.2.5.A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

3.3.Das Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

3.3.1.A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

3.3.1.1.O Preço Global de Referência;

3.3.1.2.O Prazo de Execução;

3.3.1.3.O Prazo de Vigência Contratual;

3.3.1.4.O local de execução;

3.3.1.5.Os serviços a serem executados, que integram o objeto.

3.4.Da subcontratação

3.4.1.Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

3.5.Da exigência de garantia da contratação⁹

3.5.1.Será exigida a garantia da contratação após a homologação, no percentual de **10,00% (cinco por cento)** do valor inicial do contrato, conforme regras inseridas abaixo:

3.5.2.A garantia deverá ser apresentada no seguinte prazo:

3.5.2.1.A garantia nas **modalidades caução e fiança bancária** deverá ser prestada em até **10 (dez) dias úteis** após a homologação da licitação.

3.5.2.2.No caso de **seguro-garantia** sua apresentação deverá ocorrer, no máximo, até **1 (um) mês** a contar da publicação da decisão homologatória do certame licitatório¹⁰.

3.5.3.A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do contratante, em conta específica, sendo a mesma aberta após o informativo da garantia por parte da contratada, com correção monetária.

3.5.4.No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

3.5.5.Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato.

3.5.6.Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato e por **60 (sessenta) dias** após o término da vigência contratual.

3.5.7.A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento das despesas enumeradas no art. 139, inciso III, alíneas “a” a “c”, da Lei nº 14.133/2021.

3.5.8.Fica assegurado o direito de retenção da garantia, por parte da Administração Pública, para pagamento das despesas enumeradas no item anterior deste Termo de Referência.

3.5.9.Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de **10 dias úteis**, contados da data em que for notificado.

3.5.10.No caso de alteração de valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

3.5.11.Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

3.5.12.O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo

⁹ Arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

¹⁰ Artigo 96, §3º, da Lei Federal n. 14.133/2021.



Estado de Mato Grosso do Sul
Município de Costa Rica

contratante, com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

3.5.13.A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto prevista especificamente no Termo de Referência.

4.DA VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

4.1.Prazo de vigência da contratação: o prazo de vigência de contratação será de 1 ano.

4.2.Por se tratar de objeto não contínuo ou contratado por escopo, a vigência da contratação será limitada a prevista no instrumento contratual, podendo ser prorrogada pelo prazo necessário à conclusão do objeto, desde que justificado nos autos.

4.3.O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

4.4.O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

4.5.A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

4.6.Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

4.7.O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

4.8.Quando a não conclusão decorrer de culpa do contratado:

a.O contratado será constituído em mora, aplicáveis a ela as respectivas sanções administrativas.

b.A Administração poderá optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

4.9.Poderão ser realizados acréscimo ou supressões nos termos do art. 125 da Lei 14.133/2021.

5.MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1.Condições de entrega

5.1.1.A execução do objeto seguirá a dinâmica prescrita no Projeto Básico.

5.1.2.Após a reunião inicial do processo de fiscalização, quando houver, o início da execução do objeto se dará em 30 dias úteis da emissão da ordem de serviço.

5.1.3.A descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho, constará do PB.

5.1.4.Após a assinatura do contrato a CONTRATADA deverá apresentar ao Fiscal do contrato, no prazo de 05 (cinco) dias consecutivos, a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) de execução dos serviços do (s) respectivo (s) responsável (eis) técnico (s), bem como o Visto de atuação profissional, quando não se tratar de empresas e profissionais registrados em Conselhos de Classe (CREA, CRT ou outro) do Estado de Mato Grosso do Sul.

5.1.5.O Cronograma de realização dos serviços deverá constar no Cronograma físico financeiro.

5.1.6.Cada entrega, observadas as etapas previstas no cronograma físico financeiro deverá ser efetuada mediante o instrumento de solicitação por escrito, formalizado pela contratante, através do termo de recebimento, na forma e prazo especificado no item 5.3.2. do presente Termo de Referência.



Estado de Mato Grosso do Sul
Município de Costa Rica

5.2. Do local e horário de entrega/execução¹¹:

5.2.1. Os serviços serão entregues no Parque Natural Salto do Sucuriú, neste Município de Costa Rica - MS, das 07:00h as 11:00 e das 13:00 as 17:00h.

5.2.2. Para execução os profissionais deverão ser apresentados devidamente uniformizados, portando crachás de identificação funcional da CONTRATADA, com foto recente e nome do empregado.

5.2.3. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a contratada deverá comunicar as suas razões, com a devida comprovação, com pelo menos 5 (cinco) dias de antecedência, para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas as situações de caso fortuito e força maior.

5.2.4. A contratada obriga-se a entregar o objeto em conformidade com as etapas especificadas no cronograma físico financeiro e neste Termo de Referência, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição/correções, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

5.2.5. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário.

5.2.6. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos objetos e serviços licitados, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrentes do contrato correrão por conta exclusiva da contratada.

5.3. Condições de recebimento do produto

5.3.1. As regras para os recebimentos provisório e definitivo, forma e prazo, estão contidas no Decreto municipal nº 4926/2023 e no Plano Básico de Fiscalização – PBF, devidamente publicado no sítio eletrônico podendo ser encontrado no link abaixo:

Norma:

[https://www.costarica.ms.gov.br/arquivos/decreto_4926-2023_-_dispoe_sobre_o_plano_de_fiscalizacao_\(pu_29125607.pdf\)](https://www.costarica.ms.gov.br/arquivos/decreto_4926-2023_-_dispoe_sobre_o_plano_de_fiscalizacao_(pu_29125607.pdf))

PBF: 4926/2023

5.3.2. Conforme os normativos mencionados no item anterior, os bens serão recebidos provisoriamente, no prazo de 05 (cinco) dias úteis do recebimento do documento fiscal respectivo, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, mediante a formalização de modelo padronizado de recebimento e verificação de conformidade do objeto com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

5.3.2.1. Bens de até ¼ do valor de pequena despesa ou de objetos sem complexidade, de baixo valor e de fácil conferência de quantidade e qualidade, poderão ser recebidos mediante o ateste no verso do documento fiscal respectivo.

5.3.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e da proposta, devendo ser substituídos no prazo descrito de 15 (quinze) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.3.4. Os bens serão recebidos definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo padronizado no prazo de 30 (trinta) dias úteis, contados

¹¹ Em relação à informação de que trata o inciso III do § 1º deste artigo, desde que fundamentada em estudo técnico preliminar, a Administração poderá exigir que os serviços de manutenção e assistência técnica sejam prestados mediante deslocamento de técnico ou disponibilizados em unidade de prestação de serviços localizada em distância compatível com suas necessidades (§ 4º, art. 40, NLL).



**Estado de Mato Grosso do Sul
Município de Costa Rica**

do recebimento provisório.

5.3.5.O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

5.3.6.No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto a dimensão, qualidade e quantidade, a parcela incontroversa deverá ser liberada no prazo previsto para pagamento, nos termos do art. 143 da Lei 14.133/2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertence à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

5.3.7.O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

5.4.Da forma de garantia, condições de manutenção e assistência técnica:

5.4.1.O recebimento definitivo pela Administração não eximirá o contratado, pelo prazo mínimo de 5¹² (cinco) anos, da responsabilidade objetiva pela solidez e pela segurança dos materiais e dos serviços executados e pela funcionalidade da construção, da reforma, da recuperação ou da ampliação do bem imóvel, e, em caso de vício, defeito ou incorreção identificados, o contratado ficará responsável pela reparação, pela correção, pela reconstrução ou pela substituição necessárias.

6.DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

6.1.Para a medição do objeto, ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, o Contratado apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada.

6.2.Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.

6.3.O contratado também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.

6.4.Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente deverão ser observadas as seguintes informações:

a.número do contrato;

b.número do empenho;

c.número do processo;

d.número da licitação;

e.Número da CNO da obra

f.nomenclatura do objeto;

g.período de aferição.

h.Demais informações ou retenções pertinentes da contratação.

6.5.A Contratada, durante toda a execução do contrato, deverá manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

6.6.A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá estar obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada pela Contratante, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

¹² Admitida a previsão de prazo de garantia superior no edital e no contrato.



Estado de Mato Grosso do Sul
Município de Costa Rica

6.6.1.Em caso de irregularidade do contratado, será efetuada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, sejam sanadas as respectivas pendências ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa.

6.6.1.1.O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

6.6.2.Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar à equipe de fiscalização quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos, de acordo com a efetiva execução do objeto.

6.6.3.Persistindo a irregularidade, a contratante, em decisão fundamentada, deverá aplicar a penalidade cabível nos autos do processo administrativo correspondente.

6.7.A empresa contratada deverá observar a forma de remessa da NF e demais documentos que devem acompanhá-la, no Plano Básico de Fiscalização.

6.8.DO PAGAMENTO:

6.8.1.O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto do Contrato, será efetuado mediante crédito em conta corrente, no prazo de **até 30 dias úteis**, contados da liquidação.

6.8.2.O documento de cobrança da Contratada será mediante nota fiscal/fatura, cujo crédito será realizado na conta corrente indicada pela Contratada.

6.8.3.Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

6.8.4.Se for constatado erro ou irregularidade na nota fiscal/fatura, a Contratante, a seu critério, poderá devolvê-la para as devidas correções, ou aceitá-la, com a glosa da parte que considerar indevida, nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

6.8.4.1.Na hipótese de devolução, a nota fiscal/fatura será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

6.8.5.A Contratante não pagará, sem que tenha autorização prévia e formal, qualquer compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, sejam ou não instituições financeiras.

6.8.6.Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pela Contratada, de prazo de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade.

6.8.7.A Contratante efetuará retenção, na fonte, dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à Contratada, na forma da legislação aplicável.

6.8.8.Será efetuada a glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a contratada:

6.8.8.1.não produziu os resultados acordados ou deixou de executar as atividades contratadas ou não as executou com a qualidade mínima exigida.

6.8.9.Em se tratando de execução de recursos da União decorrente de transferência voluntária, as regras de pagamento atenderão ao regramento próprio editado por aquele ente.

7.DO PLANO DE FISCALIZAÇÃO/GESTÃO DO CONTRATO

7.1.Nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a execução da contratação, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas, e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.



Estado de Mato Grosso do Sul
Município de Costa Rica

7.2.O fiscal de contrato desenvolverá as suas atribuições na conformidade do Plano de Fiscalização e para facilitação da fiscalização e a gestão do contrato, o município desenvolveu o Plano Básico de Fiscalização, inserindo as ações a serem adotadas pela equipe de fiscalização, visando inibir a incidência dos riscos comuns a todo objeto, devidamente inserido no item “gerenciamento de riscos” do relatório do estudo técnico.

7.3.No Plano Básico de Fiscalização – PBF, consta transcrito integralmente os principais atos da fiscalização como a forma de recebimentos provisório/definitivo, notificação, dentre outros, não podendo o contratado alegar desconhecimento do PBF.

7.4.Para a efetividade e eficiência da execução contratual, o contratado deverá apresentar preposto devidamente qualificado e manter atualizado o seu contato eletrônico, sendo que a comunicação entre a equipe de fiscalização e o preposto se dará principalmente por via de e-mail informados no contrato, sendo de responsabilidade da contratada manter o endereço eletrônico atualizado.

7.5.Os recebimentos serão formalizados em termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo, sendo apurado, ao final de cada período de faturamento o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.6.O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.7.A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.8.O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.9.Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.10.Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.11.Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 1 (um) mês, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.12.Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.13.Havendo ações específicas ao objeto necessárias à fiscalização do contrato, estas constarão



**Estado de Mato Grosso do Sul
Município de Costa Rica**

do item “Do Gerenciamento de Riscos” no relatório do ETP, se for o caso, e na minuta do contrato.

7.14. Tendo sido formalizada matriz de risco (divisão dos riscos verificados entre as partes), esta constará como anexo deste Termo de Referência (quando houver).

8.DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1. A licitação será dividida em único item.

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade CONCORRÊNCIA, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento *MENOR PREÇO*.

8.2.Das Exigências de Habilitação

Conforme estudo técnico preliminar, além dos documentos gerais a constarem do Edital foram identificados documentos de habilitação específicos para o objeto.

8.2.1.Dos documentos específicos para a contratação

Para a melhor execução do objeto solicita-se os documentos abaixo:

a.Registro da empresa e do profissional na entidade profissional CREA/CAU/CRT ou outro, em plena validade, conforme a natureza dos serviços a serem executados.

b.CAPACIDADE TÉCNICO PROFISSIONAL: Comprovação de que o (s) responsável (eis) técnico (s) (profissional indicado pela empresa), tenha (m) prestado, a qualquer tempo, serviços compatíveis, de características semelhantes de complexibilidade equivalentes ou superiores com o objeto desta licitação. A referida comprovação dar-se-á através da apresentação de **atestado (s) de capacidade técnica** fornecido (s) por pessoa jurídica de direito público ou privado em nome do profissional **REGISTRADO** junto ao CREA/CAU/CRT ou outro, devidamente acompanhado da respectiva CAT (certidão de acervo técnico), emitido por qualquer uma das regiões do CREA/CAU/CRT ou outro. Somente serão aceitas as Certidões de Acervo Técnico que se refiram a atividades relacionadas com: coordenação, execução ou supervisão.

c.CAPACIDADE TÉCNICO OPERACIONAL: Comprovação de que a empresa tenha **atestado (s) de capacidade técnica** fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, **preferencialmente REGISTRADOS** junto ao CREA/CAU/CRT ou outro, comprovando que a empresa realizou serviços de natureza semelhante ou compatível, nas quantidades mínimas de 50,00% do objeto ou parcelas de maior relevância técnica ou financeira (Acórdão TCU nº 366/2007). No atestado deverá haver informações referentes ao objeto executado, período de execução, profissional responsável pelo acompanhamento da obra, local de execução, entre outras informações pertinentes que comprovem a veracidade do atestado.

d.A análise técnica levará em conta as quantidades mínimas de 50,00% (Cinquenta por cento) do objeto, sendo:

Item	Descrição dos serviços	Unidade	Quantidade
1	Execução de infraestrutura para sistema de transporte tipo plano inclinado, incluindo estrutura de concreto armado, estrutura metálica, equipamentos para movimentação de cargas, instalações elétricas e sistemas de automação.	m	100,00

e.VINCULAÇÃO AO QUADRO TÉCNICO-PROFISSIONAL: A comprovação de pertencer ao quadro permanente da licitante se dará mediante apresentação de contrato de trabalho anotado na Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS, contrato de prestação de serviço, livro ou ficha de registro de empregado, contrato social, ata de assembleia ou ato



**Estado de Mato Grosso do Sul
Município de Costa Rica**

administrativo de nomeação ou designação do qual constem a indicação do cargo ou função técnica. Considera-se também como comprovação de vínculo se o profissional constar como responsável técnico na certidão de registro de pessoa jurídica da empresa licitante, junto ao respectivo conselho regional da categoria profissional, desde que este documento esteja válido e atualizado.

f. Os atestados e certidões deverão apresentar de forma clara, devendo conter no mínimo:

- i. Descrição dos serviços executados e seus respectivos quantitativos
- ii. Número do Contrato, nome do contratante, contratado e Anotação de Responsabilidade técnica pelos serviços prestados.
- iii. Período de vigência da respectiva contratação.
- iv. Local, data de emissão, cargo e assinatura do responsável pela veracidade das informações.
- v. Ser emitido em papel timbrado do órgão, entidade ou empresa que o expediu, ou ainda, deverá conter carimbo do CNPJ/MF do seu emissor, com a devida identificação do signatário.

g. Os profissionais indicados pela contratante deverão participar da obra ou serviço frequentemente, admitindo-se, ocasionalmente, a substituição do profissional por outrem de experiência equivalente ou superior, devendo ser comunicado a CONTRATANTE a sua alteração para sua aprovação e permissão.

9. DA ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O valor total estimado da contratação é R\$ 2.905.314,69 (Dois milhões, novecentos e cinco mil, trezentos e quatorze reais e sessenta e nove centavos), conforme valor unitário referencial discriminado no item 1.2 deste instrumento, que foi apurado pelo em pesquisa de mercado.

10. DO REAJUSTE

10.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data da elaboração do valor estimado da contratação¹³.

10.2. Após o interregno de um ano, os preços iniciais serão reajustados, de acordo com a variação acumulada do Índice Geral da Construção Civil (INCC-M).

10.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

10.4. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

10.5. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

10.6. O reajuste poderá ser realizado por simples aposilamento.

11. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

☒ **Municipal: R\$ 1.945.224,69**

☐ **Estadual: _____**

☒ **Federal: R\$ 960.090,00**

Órgão: 02

¹³ [Lei nº 14.133/2021, de 1º de abril de 2021 – art. 92, § 3º.](#)



**Estado de Mato Grosso do Sul
Município de Costa Rica**

Unidade: 02.13
Função: 15
Subfunção: 451
Programa: 0009
Projeto/Atividade: 2.108
Elemento de Despesa: 44.90.51.00
Ficha: 523, 524
Desdobramento nº: 99
Fonte de Recursos: 1500, 1700
Plano Plurianual: Lei nº 1.829/2025


12.DOS ANEXOS E DOS DOCUMENTOS

12.1. Fazem parte integrante deste Termo de Referência os seguintes documentos e anexos:

- I.** Projeto Básico e seus anexos;
- II.** Memoriais;
- III.** Composição de BDI;
- IV.** Planilha Orçamentária;
- V.** Planilha de Composição de Custos;
- VI.** Licenças ambientais pertinentes.

Costa Rica - MS, 10 de fevereiro de 2026.

Elaborado por:


MATHEUS GABRIEL FANTICELLI PEREIRA
MATRÍCULA Nº 68365
Penides Garcia Jacinto
Secretário Municipal
de Obras Públicas
Portaria Nº 006/2021

Aprovado por:



PENIDES GARCIA JACINTO
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE TRANSPORTE, URBANIZAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS